

**PORTUGUÊS**

As questões de **01** a **09** dizem respeito ao texto. Leia-o atentamente antes de respondê-las.

Cristóvão Colombo era espanhol e judeu, revela novo estudo

(Texto)

01 O famoso explorador Cristóvão Colombo era
02 provavelmente espanhol e judeu, de acordo com
03 um novo estudo genético conduzido por
04 cientistas espanhóis que pretendia lançar luz
05 sobre um mistério secular.

06 Os cientistas acreditam que o explorador,
07 provavelmente nasceu na Europa Ocidental,
08 possivelmente na cidade de Valência.

09 O estudo do DNA contradiz a teoria
10 tradicional, questionada por muitos historiadores,
11 de que o explorador era um italiano de Gênova.

12 Os países discutem há anos sobre a origem
13 do explorador, com muitos reivindicando o
14 explorador como um dos seus.

15 Estima-se que existam 25 teorias conflitantes
16 sobre seu local de nascimento de Cristóvão
17 Colombo, incluindo Polônia, Grã-Bretanha,
18 Grécia, Portugal, Hungria e Escandinávia.

19 Desde então, os cientistas compararam essa
20 informação genética com a de figuras históricas
21 e familiares do explorador, a fim de tentar
22 resolver o mistério.

23 A teoria anteriormente amplamente aceita era
24 que Colombo nasceu em Gênova, na Itália, em
25 1451, em uma família de tecelões.

26 Mas agora acredita-se que ele nasceu em
27 Espanha – provavelmente em Valência – e era
28 judeu. Os pesquisadores acham que ele
29 escondeu sua origem para evitar perseguição.

30 Cerca de 300 mil judeus praticantes viviam na
31 Espanha naquela época, antes de, juntamente
32 com os muçulmanos, terem sido ordenados a
33 converter-se ao catolicismo ou a deixar o país em
34 1492, ano em que Colombo desembarcou nas
35 Américas.

Texto modificado de

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/crcj122q0q7e> acesso 22 OUT. 2024.

01. Marque a alternativa em que as características linguístico-discursivas NÃO estão em conformidade com o texto.

- A) A linguagem é denotativa.
- B) A tipologia é informativa.
- C) A linguagem formal é corrompida pelas figuras de linguagem.
- D) Ocorre um mix de tempos verbais: Passado e Presente.
- E) O tema principal é a origem de Colombo.

02. A classificação sintática da palavra ‘se’, junto ao verbo ‘estimar’ (linha 15) está disposta, CORRETAMENTE, em qual alternativa?

- A) Índice de indeterminação do sujeito.
- B) Objeto direto.
- C) Pronome reflexivo.
- D) Sujeito.
- E) Partícula apassivadora.

03. Marque a alternativa abaixo em que ela está em desacordo com a estrutura física do texto.

- A) O texto apresenta começo, meio e fim.
- B) A coesão e coerência ocorrem através de verbos na condicionalidade.
- C) O texto não é um artigo de opinião.
- D) Há indicações de tempo e espaço.
- E) O autor do texto não se faz presente.

04. Assinale a alternativa INCORRETA sobre vocabulário.

- A) ‘lançar luz’ (linha 04) é sinônimo de ‘esclarecer’;
- B) ‘Requerendo’ poderia substituir ‘reivindicando’ (linha 13);
- C) ‘Ocidental’ (linha 07) refere-se ao Leste;
- D) ‘Conflitantes’ (linha 15) é antônimo de ‘concordantes’.
- E) ‘Famoso’ (linha 01) é sinônimo de célebre.

05. Assinale a alternativa com a informação INCORRETA a respeito das regras e uso dos sinais de pontuação presentes no texto.

- A) Os travessões (linha 27) separam um termo explicativo.
- B) A substituição de [incluindo] (linha 17) por dois-pontos, indicaria uma enumeração.
- C) Recomenda-se que não se usem pontos entre as letras de uma sigla, como em ‘DNA’ (linha 09).
- D) Não se usa ponto separativo em números indicativos de anos, como em ‘1492’ (linha 34).
- E) O ponto no meio da linha 28 tem caráter conclusivo maior do que o ponto no final da linha 29.

06. A partir das regras de acentuação gráfica vigentes, assinale a alternativa com ERRO na disposição das informações.

- A) ‘Espanhóis’ (linha 04) não perdeu o acento como ‘jiboia’.
- B) ‘Históricas’ (linha 20) é proparoxítona, mesmo, estando no singular.
- C) ‘Mistério’ (linha 22) é paroxítona.
- D) ‘Cristóvão’ (linha 16) é oxítona.
- E) ‘Américas’ (linha 35) é proparoxítona.



07. Em análise às assertivas sobre o verbo 'pretender' (linha 04), pode-se afirmar que:

- I- É conjugado por 'cientistas espanhóis';
- II- Está no tempo Pretérito Imperfeito;
- III- A desinência número-pessoa é a 3ª do plural;
- IV- 'Pretend' é a raiz verbal, tornando-o um verbo regular.

Dos itens acima:

- A) apenas os itens II e IV estão corretos.
- B) apenas os itens I e II estão corretos.
- C) apenas os itens II e III estão corretos.
- D) apenas o item IV está correto.
- E) apenas os itens I, II e IV estão corretos.

08. O trecho 'de que o explorador era um italiano de Gênova.' (linha 11) ligado ao termo 'teoria' (linha 09) compõe uma oração nomeada:

- A) oração principal.
- B) subordinada substantiva completiva nominal.
- C) coordenada assindética.
- D) subordinada substantiva objetiva indireta.
- E) coordenada sindética explicativa.

09. Em análise às assertivas sobre regência verbal, pode-se afirmar que:

- I- O verbo 'haver' (linha 12) apresenta impessoalidade;
- II- O verbo 'existir' (linha 15) segue as mesmas regras de 'haver' para indicar existência;
- III- 'Haver' (linha 12) indica tempo decorrido;
- IV- 'Existir' (linha 15) deveria estar no singular.

Dos itens acima:

- A) apenas o item III está correto.
- B) apenas os itens II e III estão corretos.
- C) apenas o item I está correto.
- D) apenas os itens I e III estão corretos.
- E) apenas os itens I e IV estão corretos.

10. Aponte a informação INCORRETA para a ocorrência de crase.

- A) Ocorre em virtude da regência indireta.
- B) Surge da união da preposição 'a' com o artigo 'a'.
- C) Ocorre somente diante de substantivos femininos.
- D) Pode ser substituída por 'para a'.
- E) É impessoal.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE a conduta típica do crime de "Perigo para a vida ou saúde de outrem", nos termos do Código Penal.

- A) Praticar, com o fim de transmitir a outrem moléstia grave de que está contaminado, ato capaz de produzir o contágio.
- B) Expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado.
- C) Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente.
- D) Expor ou abandonar recém-nascido, para ocultar desonra própria.
- E) Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública.

12. Aquele que pratica a conduta típica de "Subtrair o condômino, coerdeiro ou sócio, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum" responde pelo crime de:

- A) furto simples.
- B) roubo simples.
- C) apropriação indébita.
- D) furto de coisa comum.
- E) furto qualificado.

13. Nos termos do Código Penal, quem pratica a conduta típica de "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a participar ou deixar de participar de determinado sindicato ou associação profissional" incorre no crime de:

- A) atentado contra a liberdade do trabalho.
- B) atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.
- C) atentado contra a liberdade de associação.
- D) paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem.
- E) frustração de direito assegurado por lei trabalhista.

14. Assinale a alternativa CORRETA, quanto à conduta típica do crime de "Prevaricação".

- A) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.



- B) Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- C) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- D) Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la.
- E) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

15. Quem pratica a conduta típica de “Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função” incorre no crime de:

- A) desacato.
- B) desobediência.
- C) resistência.
- D) tráfico de influência.
- E) corrupção ativa.

16. A competência constitucional para aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas é:

- A) da Presidência da República.
- B) do Congresso Nacional.
- C) do Supremo Tribunal Federal.
- D) do Ministério Público da União.
- E) da Advocacia Geral da União.

17. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional, que deve ser aprovada por maioria:

- A) simples.
- B) qualificada.
- C) distrital.
- D) absoluta.
- E) originária.

18. Nos termos da Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar que os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de:

- A) dez anos.
- B) oito anos.
- C) cinco anos.
- D) dois anos.
- E) quinze anos.

19. A ética, a organização e a cidadania são princípios fundamentais na atuação do servidor público, promovendo a confiança da população e a efetividade das políticas públicas. Em relação a esses conceitos, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A ética no serviço público permite ao servidor utilizar recursos públicos de forma flexível, desde que os resultados beneficiem a maioria.
- B) A cidadania aplicada à Administração Pública exige que os servidores defendam apenas os direitos de grupos específicos, promovendo ações para setores menos vulneráveis.
- C) A organização no setor público visa reduzir a burocracia, eliminando todas as etapas de controle e formalidade para agilizar o atendimento ao público.
- D) A prática da ética pelos servidores públicos contribui para a construção da cidadania, promovendo um serviço público transparente, equitativo e comprometido com o bem-estar social.
- E) A organização e a ética na Administração Pública dispensam o atendimento ao princípio da cidadania, focando exclusivamente em eficiência e cumprimento de normas.

20. A gestão de competências e a gestão do conhecimento são práticas estratégicas na administração pública que visam desenvolver e otimizar as habilidades dos servidores e o compartilhamento de informações relevantes. Em relação a esses conceitos, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A gestão de competências foca exclusivamente no conhecimento técnico dos servidores, não abrangendo habilidades comportamentais.
- B) A gestão do conhecimento visa arquivar o máximo de informações possíveis, sem considerar sua aplicabilidade prática no dia a dia.
- C) A gestão de competências identifica as habilidades e conhecimentos necessários para atingir os objetivos organizacionais, contribuindo para o desenvolvimento dos servidores.
- D) A gestão do conhecimento é uma prática isolada, que dispensa a colaboração entre os servidores e as diferentes áreas da organização.
- E) A gestão de competências substitui a necessidade de treinamento, pois já identifica as habilidades dos servidores.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a ÚNICA alternativa que NÃO apresenta um dos princípios constitucionais do sistema tributário nacional.

- A) Simplicidade.
- B) Cooperação.
- C) Justiça tributária.
- D) Defesa do meio ambiente.
- E) Propriedade privada.

22. Assinale a alternativa CORRETA em relação à seguridade social, nos termos da Constituição Federal de 1988.

- A) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado sem a correspondente fonte de custeio total, mas pode ocorrer a majoração ou extensão sem a referida fonte de custeio.
- B) São beneficiárias de um desconto de 30% (trinta por cento) no valor de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
- C) O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.
- D) O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja inferior ou igual à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, assegurado o agrupamento de contribuições.
- E) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. São objetivos da seguridade social a redutibilidade do valor dos benefícios e a universalidade na cobertura do atendimento.

23. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente. Nos termos do texto constitucional, se, antes de realizado o segundo

turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á:

- A) novas eleições.
- B) dentre os remanescentes, o de maior votação.
- C) três candidatos para realizarem novo primeiro turno.
- D) o remanescente para posse.
- E) o com partido político de maior representação política.

24. A Constituição Federal de 1988 estabelece que o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de:

- A) quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- B) dez dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- C) oito dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- D) vinte dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- E) sete dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

25. Assinale a ÚNICA alternativa que apresenta CORRETAMENTE os princípios institucionais constitucionais do Ministério Público.

- A) Irredutibilidade dos vencimentos, vitaliciedade e inamovibilidade.
- B) Unidade, indivisibilidade e a independência funcional.
- C) Organicidade, previsão e a independência funcional.
- D) Irredutibilidade dos vencimentos, vitaliciedade e inamovibilidade.
- E) Gestão, origem e destinação dos recursos.

26. Em relação aos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração reconhece ao particular, que preencha os requisitos legais, o direito à prestação de um serviço público.
- B) Admissão é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.

- C) Permissão, em sentido amplo, designa o ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a execução de serviço público ou a utilização privativa de bem público.
- D) Homologação é o ato unilateral e discricionário pelo qual a Administração exerce o controle anterior ou posterior ao ato administrativo.
- E) Aprovação é o ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração Pública reconhece a legalidade de um ato jurídico.

27. Todo acontecimento externo ao contrato administrativo, estranho à vontade das partes, imprevisível e inevitável, que causa um desequilíbrio muito grande, tornando a execução do contrato excessivamente onerosa para o contratado é denominado como:

- A) fato do príncipe.
- B) álea econômica.
- C) ato ilícito.
- D) responsabilidade civil.
- E) cláusula exorbitante.

28. A Lei nº 14.133/2021 traz como princípio a continuidade do serviço público, tendo em vista que eventual decretação de nulidade de contrato administrativo, somente pode ocorrer após tentativa de saneamento de vícios e ainda em caso de impossibilidade de saneamento, devem ser ponderadas as consequências e requisitos da Lei, que giram em torno do atendimento ao interesse público. Em relação à decretação de nulidade, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A nulidade exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz.
- B) Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez.
- C) Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.
- D) O custo para a realização de nova licitação ou celebração de novo contrato não é um fator a ser ponderado e analisado em caso de decretação de nulidade de contrato administrativo.
- E) A nulidade do contrato administrativo nunca poderá operar retroativamente.

29. Em relação à adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias no âmbito das contratações regidas pela Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Não há admissão de utilização dos meios alternativos de resolução de controvérsias no âmbito dos contratos administrativos.
- B) A adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias é restrita apenas à utilização da conciliação.
- C) É permitida a adoção de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias sem nenhuma formalidade exigida, sendo vedada apenas a arbitragem.
- D) Poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.
- E) A utilização de resolução de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias permite a utilização da arbitragem privada e sigilosa.

30. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que a publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). A divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação é:

- A) obrigatória.
- B) limitada.
- C) vedada.
- D) facultada.
- E) condicionada à controle judicial.

31. Assinale a alternativa CORRETA em relação ao direito das obrigações, nos termos do Código Civil Brasileiro.

- A) Nas obrigações de dar coisa certa, até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação.
- B) Nas obrigações de dar coisa incerta, nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas não poderá solicitar a coisa melhor.
- C) Tratando-se das obrigações de fazer incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que realizar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.

- D) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- E) A obrigação é divisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetível de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.

32. A respeito dos conceitos de prescrição e decadência, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A prescrição pode ser alterada por acordo das partes, desde que não prejudique terceiros.
- B) A decadência pode ser interrompida por atos de renúncia da parte interessada.
- C) A prescrição, após interrompida, recomeça a contar do último ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.
- D) A prescrição nunca será suspensa.
- E) A decadência pode ser alegada pelo juiz de ofício, independentemente de solicitação das partes, mesmo que seja de natureza convencional.

33. Com base no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA em relação à posse.

- A) A posse direta de uma pessoa anula a posse indireta de quem lhe cedeu a coisa, independentemente do motivo da posse.
- B) Aquele que detém um bem em nome de outro, por dependência e sob ordens ou instruções, é considerado possuidor pleno do bem.
- C) O possuidor de má-fé tem direito aos frutos colhidos e percebidos durante o período de sua posse.
- D) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis realizadas no bem, podendo exercer o direito de retenção sobre o valor dessas benfeitorias.
- E) A posse se adquire exclusivamente pelo possuidor original, não podendo ser transferida para sucessores.

34. Em relação à ação monitória, assinale a alternativa CORRETA com base no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015).

- A) Na ação monitória, admite-se citação apenas por oficial de justiça.
- B) Não é admissível a ação monitória em face da Fazenda Pública.
- C) Havendo dúvida quanto à idoneidade de prova documental apresentada pelo autor, o juiz intimá-lo-á para, querendo, emendar a petição inicial, adaptando-a ao procedimento comum.

- D) Sendo evidente o direito do autor, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de 05 (cinco) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa.
- E) Se o réu cumprir o pagamento do mandado monitório no prazo legal terá desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor das custas processuais.

35. O Código de Processo Civil estabelece que a decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz; for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente; resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei; ofender a coisa julgada; violar manifestamente norma jurídica; for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória; obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável; e for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos. Em relação à ação rescisória, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A propositura da ação rescisória impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.
- B) O relator ordenará a citação do réu, designando-lhe prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias nem superior a 60 (sessenta) dias para, querendo, apresentar resposta, ao fim do qual, com ou sem contestação, observar-se-á, no que couber, o procedimento comum.
- C) Se os fatos alegados pelas partes dependerem de prova, o relator poderá delegar a competência ao órgão que proferiu a decisão rescindenda, fixando prazo de 3 (três) a 6 (seis) meses para a devolução dos autos.
- D) Concluída a instrução, será aberta vista ao autor e ao réu para razões finais, sucessivamente, pelo prazo de 10 (dez) dias.
- E) O direito à rescisão se extingue em 3 (três) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

36. De acordo com a Lei nº 9.099/1995 é CORRETO afirmar que os conciliadores e Juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de:



- A) dois anos de experiência.
- B) seis anos de experiência.
- C) quatro anos de experiência.
- D) um ano e meio de experiência.
- E) cinco anos de experiência.

37. De acordo com o Código de Processo Penal, é CORRETO afirmar que do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o:

- A) Chefe de Polícia.
- B) Ministério Público.
- C) Poder Judiciário.
- D) Defensor Público.
- E) Gestor público.

38. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não excedendo de 6 (seis) horas o trabalho, quando a duração ultrapassar 4 (quatro) horas, será obrigatório um intervalo de:

- A) 60 (sessenta) minutos.
- B) 20 (vinte) minutos.
- C) 30 (trinta) minutos.
- D) 10 (dez) minutos.
- E) 15 (quinze) minutos.

39. Com base no Código Penal, assinale a alternativa CORRETA em relação aos crimes contra a administração pública.

- A) Comete o crime de corrupção passiva aquele que comete a conduta típica de “apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem”.
- B) Quem pratica a conduta típica de “Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente” incorre no crime de “Inserção de dados falsos em sistema de informações”.
- C) O crime de “Extravio, sonegação, ou inutilização de verbas” é definido pela conduta típica de “Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei”.
- D) Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, pratica o crime de “Excesso de Exação”.
- E) O crime de “Advocacia Administrativa” é definido pela conduta típica de “Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal”.

40. Quem pratica a conduta típica de “Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente” incorre no crime de:

- A) comunicação falsa de crime.
- B) autoacusação falsa.
- C) calúnia.
- D) injúria.
- E) denúncia caluniosa.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA
CONCURSO PÚBLICO DE Nº 001/2024-PMSJT/AL



CARGO:

PROCURADOR MUNICIPAL

DATA:

01/12/2024

PROVA DISCURSIVA

PROPOSTA TEXTUAL

Guilhermino Paraguaçu, servidor público municipal efetivo, com 23(vinte e três) anos de serviços prestados, ocupante do cargo de Gari, ajuizou Ação de Obrigação de Fazer c/c Cobrança, em face do Município de **Santana do Agreste**.

Em apertada síntese, alega que o seu 13º salário está sendo pago aquém do devido. Eis que, a título de referida verba, recebe apenas o salário base, quando deveria ser-lhe pago o equivalente à sua remuneração integral, ou seja, o salário base acrescido do adicional de insalubridade, do auxílio alimentação e das horas extras, sendo estas em cifra igual ao maior valor pago entre os meses de janeiro a dezembro do ano.

Assim, requereu a condenação do Município no sentido de que o 13º salário seja calculado com base no valor da sua remuneração integral, pleiteando, ainda, a diferença entre o valor pago e o que entende como devido dos últimos 10(dez) anos. Reivindicou, ainda, condenação do demandado em custas e honorários sucumbenciais.

Atribuiu à causa o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Diante dessa situação hipotética, elabore uma **CONTESTAÇÃO** com fundamentos jurídicos a favor do Município.

- A Prova Discursiva deverá ser feita pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para realização das provas. Nesse caso, se houver necessidade, o candidato será acompanhado por um agente da ADVISE devidamente treinado, para o qual deverá ditar os textos, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

- A folha de texto definitivo da Prova Discursiva não poderá ser assinada, rubricada e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que o identifique em outro local que não seja o indicado, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará nota ZERO na Prova Discursiva.

- A folha de texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho no caderno de prova são de preenchimento facultativo e não valerão para tal finalidade.

- A folha de texto definitivo não será substituída por erro de preenchimento do candidato.

Faça uma boa prova!



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA
CONCURSO PÚBLICO DE Nº 001/2024-PMSJT-AL



CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL	Nº INSCRIÇÃO:	Nº DO RG:
RESERVADO ADVISE:	DATA: 01/12/2024	OBSERVAÇÃO: Esta folha não deve ser assinada. Caso o candidato não tenha o nº de inscrição, preencher com o número de documento utilizado no período de inscrição.

FOLHA DE REDAÇÃO
(DEFINITIVA)

1

5

10

15

20

25

30



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA
CONCURSO PÚBLICO DE Nº 001/2024-PMSJT-AL



CARGO:		PROCURADOR MUNICIPAL			
RESERVADO ADVISE:	DATA:	01/12/2024			

FOLHA DE RASCUNHO

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO